

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Concurso Público

Nível Superior

Cargo 3:

Analista Judiciário

Área: Judiciária

Especialidade: Execução de Mandados

Caderno de Provas

MANHÃ

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

Aplicação: 28/11/2004

Leia com atenção as instruções abaixo.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1 a 120**, e a prova discursiva, seguida de uma página para rascunho.
- 2 A página para rascunho é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 6 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato recebe pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 7 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a folha de texto definitivo.
- 9 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, em local indevido ou que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe as suas folhas de respostas e de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I **29/11/2004**, a partir das 10 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **30/11 e 1.º/12/2004** – Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br.
- III **5/1/2005** – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e locais mencionados no item I.
- IV **6 e 7/1/2005** – Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V **26/1/2005** – Resultado final da prova discursiva e resultado final do concurso: locais mencionados no item III.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 1/2004 – STM, de 15/9/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

• De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

• Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Estudos e o senso comum mostram que a carga genética exerce forte influência nas características pessoais às quais damos o nome de talento. Traços de personalidade, 4 como temperamento afável ou agressivo, senso de organização e facilidade para lidar com questões abstratas — só para citar alguns — vêm, por assim dizer, impressos no 7 DNA de cada um. Não por acaso, seis ganhadores do Prêmio Nobel são filhos de ganhadores do Prêmio Nobel. Músicos e especialmente pintores transferem parte dos dons para os 10 filhos. É um erro, porém, tomar a herança genética como destino — tanto para o bem quanto para o mal. O talento embutido no código genético de cada indivíduo não emerge 13 exceto em condições favoráveis.

Isso ocorre porque o talento genético é um componente da personalidade individual — mas não o único 16 e, nem sempre, o maior. Ou seja, resta sempre um enorme espaço para que o talento seja desenvolvido por circunstâncias externas — uma educação escolar de 19 qualidade, por exemplo.

Veja, 30/6/2004, p. 98 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, a respeito das idéias e das estruturas lingüísticas do texto acima.

- 1 A flexão de plural em “mostram” (ℓ.1) deve-se à concordância com o sujeito composto por dois termos; se qualquer um desses termos fosse retirado, o verbo deveria ir para o singular para que as regras de concordância da norma culta fossem respeitadas.
- 2 Preservam-se a correção gramatical e a coerência textual ao se substituir a preposição **em**, que rege “características pessoais” (ℓ.2), pela preposição **sobre**; mas, nesse caso, desfaz-se a contração e o artigo deverá ser escrito separadamente.
- 3 Por retomar “características pessoais” (ℓ.2), a expressão “às quais” (ℓ.3) admite, textualmente, ser substituída por **à que**, preservando a correção gramatical e a coerência textual.
- 4 Por estar subentendida a conjunção **que** introduzindo a oração subordinada iniciada por “seis ganhadores” (ℓ.7), sua inserção preservaria a correção sintática do período, além de tornar o texto mais claro e objetivo.
- 5 No desenvolvimento das idéias do texto, a oração iniciada por “O talento” (ℓ.11) constitui uma explicação para o período anterior; por isso, seria correto iniciá-la por uma conjunção explicativa como **pois** — com vírgula ou ponto final separando as orações — desde que fossem feitos os necessários ajustes nas letras maiúsculas e minúsculas.

6 O pronome “Isso” (ℓ.14) tem a função textual de articular as idéias do primeiro parágrafo com as do segundo, retomando especificamente o trecho que, nas linhas 7 e 8, se refere à herança genética dos ganhadores de Prêmio Nobel, pois esse exemplo resume as idéias do parágrafo.

7 De acordo com o desenvolvimento da textualidade, a inserção da preposição **por** antes de “uma educação” (ℓ.18) preservaria a correção gramatical e reforçaria a idéia de desenvolvimento do talento.

8 Depreende-se da argumentação do texto que um talento bem-sucedido tem, pelo menos, dois ingredientes: predisposição genética e condições externas favoráveis — inclusive uma educação escolar de qualidade.

1 Na Grécia antiga, a arrogância (*Hybris*) era o maior de todos os pecados, aquele que não tinha remissão. Os deuses não o perdoavam porque, para eles, escondia o mais nefasto dos desejos: o de se igualar aos próprios deuses. Para os gregos, era impensável a confusão de identidade entre o ser humano e os deuses. O homem era uma simples criatura 4 escrava de uma força maior chamada Destino, uma criatura mortal, falível, cheia de contradições. Uma das funções dos deuses gregos — e dos deuses de qualquer outro panteão — 7 é a manutenção do equilíbrio de forças todas as vezes que ele for rompido. 10

Por contrariar a ordem natural das coisas, a *Hybris* 13 constitui um fator maior de desequilíbrio. Quando ela se desencadeia, sua ação põe em movimento uma reação igual e contrária denominada *Nêmesis* (princípio divino que pune 16 o excesso de arrogância). Essa equação, moeda corrente no cotidiano dos gregos, era aplicada em todas as áreas da atividade humana naquela sociedade, e era em grande parte 19 responsável pelo equilíbrio e pela harmonia, não apenas no sistema social, mas também da vida pessoal de cada indivíduo. Em outras palavras, os gregos sabiam que, em 22 qualquer situação, ir além dos limites representava o risco certo de ser punido por *Nêmesis*.

Planeta, jan./2004, p. 19-20 (com adaptações).

A respeito das idéias e das estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os itens subseqüentes.

- 9 A forma verbal de terceira pessoa do singular “escondia” (ℓ.3) remete à idéia representada pelo pronome “o”, antes de “perdoavam” (ℓ.3), que, por sua vez, remete ao pronome “aquele” (ℓ.2), que remete a “o maior de todos os pecados” (ℓ.1-2), em uma cadeia de elementos de coesão textual.
- 10 Por introduzir uma explicação, o sinal de dois-pontos à linha 4 admite a substituição pelo sinal de vírgula seguido de uma oração subordinada iniciada por **que era**.

- 11 Seriam preservadas a correção gramatical e as relações de sentido do texto, resultando em um parágrafo mais direto e objetivo, se a expressão verbal “Por contrariar” (ℓ.12) fosse substituída pela expressão nominal **Ao contrário**.
- 12 Depreende-se das idéias do texto que a relação entre *Hybris* e *Nêmesis* era tão comum, tão cotidiana, na cultura grega antiga que figurava até nas moedas de dinheiro corrente naquela sociedade.
- 13 Preservam-se a coerência textual e a relação semântica entre sujeito e agente da passiva, alterando-se a construção de voz passiva “ser punido por *Nêmesis*” (ℓ.23) por sua equivalente na voz ativa: *Nêmesis* o punir.
- 14 A tese central do texto trata do eterno conflito da mitologia grega — representado por *Hybris* e *Nêmesis* —, que são, respectivamente, os princípios divinos contrariando os princípios humanos.

1 Sucesso não é o objetivo final da vida: na verdade, é apenas o começo. Se a partir daí a trajetória pessoal não for muito bem gerenciada, o sucesso pode virar fracasso.

4 O sucesso cria situações novas com as quais as pessoas nem sempre estão preparadas para lidar. Alimenta ciúmes, inveja, ressentimentos. É preciso ter muito cuidado com ele.

7 O que é preciso fazer para gerenciar bem o sucesso:

- entender o sucesso como instrumento, não um fim em si mesmo;
- saber que o sucesso de hoje não garante o sucesso no futuro;
- reconhecer a participação dos outros na sua vitória;
- cercar-se de gente independente e de confiança, que tenha a coragem de dizer verdades, por mais dolorosas que sejam, e relatar os fatos sem distorções;
- não se afastar das fontes de sucesso; estar sempre em contato com clientes, fornecedores, comunidade, público, amigos, família, colaboradores.

Ícaro Brasil, ago./2004, p. 28 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, a respeito da organização das idéias no texto acima.

- 15 Do ponto de vista da construção textual, as expressões “objetivo final” (ℓ.1) e “começo” (ℓ.2) representam duas possibilidades de significado para sucesso.
- 16 Textualmente, o advérbio “daí” (ℓ.2) estabelece uma referência temporal para a obtenção do sucesso.
- 17 De acordo com a argumentação do texto, a idéia expressa pelo verbo “lidar” (ℓ.5) corresponde a **enfrentar**; por isso sua substituição por este último preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.
- 18 Subentende-se das características de sucesso mostradas no texto que é “preciso ter muito cuidado com ele” (ℓ.6-7) porque, além de ser resultado de esforço permanente, o sucesso atrai sucesso e o indivíduo bem-sucedido deve-se cercar sempre de outras pessoas de sucesso.
- 19 O desenvolvimento das idéias e das estruturas lingüísticas do texto admite que a noção de hipótese expressa pelo modo verbal de “tenha” (ℓ.15) seja substituída por uma forma assertiva, declarativa, de indicativo **tem**.
- 20 Se o texto fizesse parte de um documento de redação oficial, como um relatório ou um ofício, por exemplo, os itens de enumeração deveriam ser alterados para redação sem enumeração, pois esse formato contraria as normas de redação dos padrões desses documentos.

José, sargento da Força Aérea Brasileira, abandonou seu posto de serviço e, armado com duas pistolas privadas das Forças Armadas, rumou em direção ao Gama – DF, onde tencionava matar a delegada de polícia de plantão na 14.ª Delegacia Policial (DP). Ao chegar à DP, por estar embriagado, entrou na contramão de direção, colidindo seu veículo com um veículo de transporte de passageiros (táxi), sem causar lesões em si mesmo ou no motorista do táxi. Ao ver o sargento armado, o motorista do táxi correu para a delegacia, pedindo socorro. Vieram em seu socorro dois policiais civis. Um postou-se à frente do veículo de José, e o outro solicitou-lhe apresentação de documentos. Ao aproximar-se do veículo, um dos policiais recebeu dois disparos de pistola, vindo a falecer em razão dos ferimentos. José foi preso em flagrante.

Com referência a essa situação hipotética e considerando a disciplina legal e constitucional dos órgãos da justiça militar da União, julgue os itens a seguir.

- 21 O STM, por meio de seu presidente e vice-presidente, é competente para o julgamento desse crime de homicídio, porque José é militar das Forças Armadas e o homicídio é um crime militar.
- 22 A Auditoria da 11.ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM) é competente para julgar o crime de homicídio, porque José é militar das Forças Armadas.
- 23 O crime de abandono de posto praticado por José deve ser julgado pelo Conselho Permanente de Justiça da Auditoria Militar da 11.ª CJM, por tratar-se de crime militar.
- 24 O crime de embriaguez em serviço deve ser julgado pelo juiz-auditor da Auditoria da 11.ª CJM ou, em sua falta, pelos presidentes dos Conselhos de Justiça.
- 25 O crime de homicídio, como o apresentado nessa situação, cometido contra vítima civil, não é da competência da justiça militar da União, porque não é considerado crime militar.

Maria foi aprovada em concurso público para o cargo de técnico judiciário. Nomeada, tomou posse dentro de 20 dias após a publicação do ato no órgão oficial e entrou em exercício no mesmo prazo, sendo designada para servir na Secretaria da Auditoria Militar da 11.ª CJM. Lá chegando, recebeu a incumbência de numerar e rubricar as folhas de autos e quaisquer peças neles juntadas, mas recusou o serviço, dizendo que tal atribuição era do diretor de secretaria e não dela. Em razão da desobediência ao cumprimento da ordem, o diretor de secretaria comunicou o fato ao juiz-auditor, que determinou a apuração dos fatos de acordo com o regime disciplinar estabelecido na legislação concernente ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União.

Acerca dessa situação hipotética e considerando a legislação que trata dos serviços auxiliares da justiça militar da União, julgue os itens seguintes.

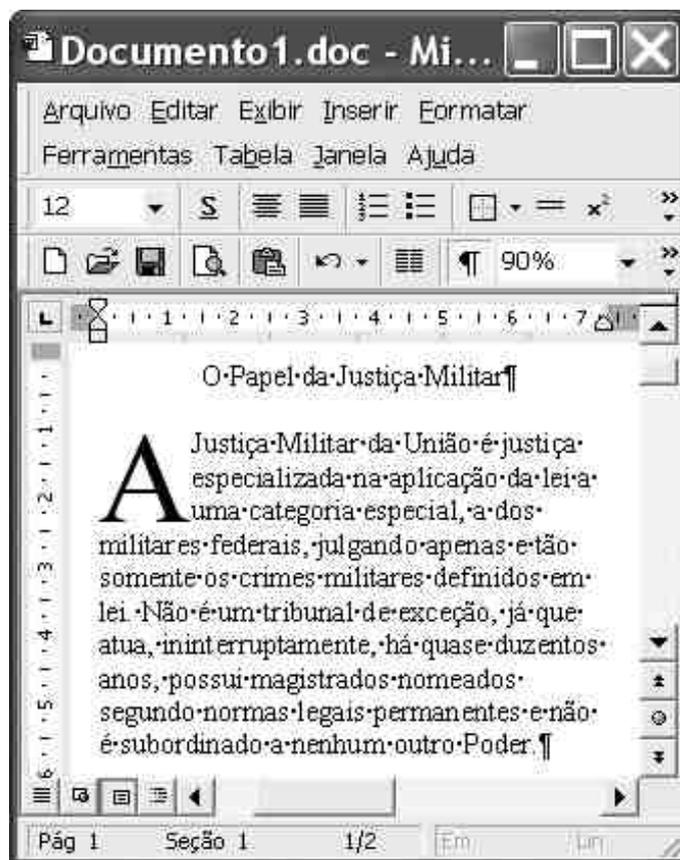
- 26 A recusa de Maria em cumprir a tarefa não constitui falta disciplinar, porque essa atribuição efetivamente é do diretor de secretaria.
- 27 Maria não está sujeita ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União porque é servidora da justiça militar, que possui regime jurídico próprio.
- 28 A atribuição para apurar a falta funcional de Maria é do juiz-auditor da auditoria em que ela está lotada e não da Auditoria de Correição.

Julgue os itens subseqüentes, relativos à organização da justiça militar da União.

- 29 Em tempos de paz, o território nacional é dividido em doze circunscrições judiciárias. Cada CJM corresponde a uma auditoria, exceto a primeira, a segunda, a terceira e a décima primeira. Nas auditorias militares, funcionam os conselhos de justiça, que são órgãos julgadores. Ao Conselho Especial de Justiça, formado pelo juiz-auditor e quatro juízes militares, cabe processar e julgar os oficiais, exceto os oficiais-generais, nos crimes militares. Ao Conselho Permanente de Justiça, constituído pelo juiz-auditor e quatro oficiais, cabe processar os acusados que não sejam oficiais nos crimes militares.
- 30 O STM é composto de quinze ministros vitalícios, nomeados pelo presidente da República, sendo dez militares e cinco civis, dos quais três são escolhidos entre advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de 10 anos de efetiva atividade profissional, e os outros dois, escolhidos paritariamente entre juízes-audidores e membros do Ministério Público Militar.
- 31 Os juízes militares, em suas licenças, faltas e impedimentos, são substituídos pelos juízes-audidores substitutos, o mesmo acontecendo com os juízes-audidores.
- 32 Aos magistrados da justiça militar da União se aplicam a Lei Orgânica da Magistratura Nacional e a Lei Orgânica da Justiça Militar da União, sendo nomeados após a escolha do presidente da República, devendo tomar posse dentro de trinta dias contados da publicação oficial da nomeação e entrar em exercício em igual período, contado da posse.

Acerca do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos serviços auxiliares da justiça militar da União, julgue os itens que se seguem.

- 33 Os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública são servidores auxiliares da justiça militar da União, sendo regidos pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.
- 34 Os servidores da Secretaria do STM têm suas atribuições fixadas em ato do próprio tribunal e os oficiais de justiça avaliadores têm suas atribuições definidas em lei, cabendo-lhes, entre outras, fazer citações por mandados, lavrar autos e efetuar prisões.
- 35 As carreiras de auxiliar judiciário, técnico judiciário e analista judiciário compõem os quadros de pessoal do Poder Judiciário da União e do Distrito Federal e territórios, sendo a escolaridade o requisito para o ingresso em cada uma delas, o que se dá mediante concurso público de provas ou de provas e títulos e cujo desenvolvimento se faz por meio de progressão e promoção funcional.



A figura acima ilustra uma janela do Word 2000, que contém um documento em processo de edição. Considerando essa figura, julgue os itens a seguir, acerca do Word 2000.

- 36 Com base nas informações contidas na janela, é correto concluir que, para se eliminar o espaço em branco existente entre o título do documento e o primeiro parágrafo mostrados, é suficiente clicar imediatamente antes da segunda ocorrência do termo “Justiça” e, a seguir, clicar o botão .
- 37 Sabendo que o título do documento está centralizado, então, caso se selecione o título e o parágrafo mostrados e, a seguir, se clique o botão , será inserida numeração no documento e o alinhamento do primeiro parágrafo será alterado para centralizado.
- 38 O efeito de formatação observado na primeira letra maiúscula do primeiro parágrafo do documento é obtido por meio de opção encontrada no menu **Formatar**.
- 39 Por meio de opções encontradas no menu **Arquivo**, é possível visualizar, em um navegador instalado no computador em uso, o documento em edição como uma página *web* e salvá-lo em um arquivo do tipo *html*.

Considerando que um usuário pretenda adquirir um computador do tipo PC de forma que possa, em casa, realizar trabalhos escolares e acessar a Internet, e que, para se fazer tal aquisição, seja recomendável saber se as características do computador adquirido são adequadas para a realização dessas tarefas, julgue os itens seguintes, relativos a *hardware* de computadores do tipo PC.

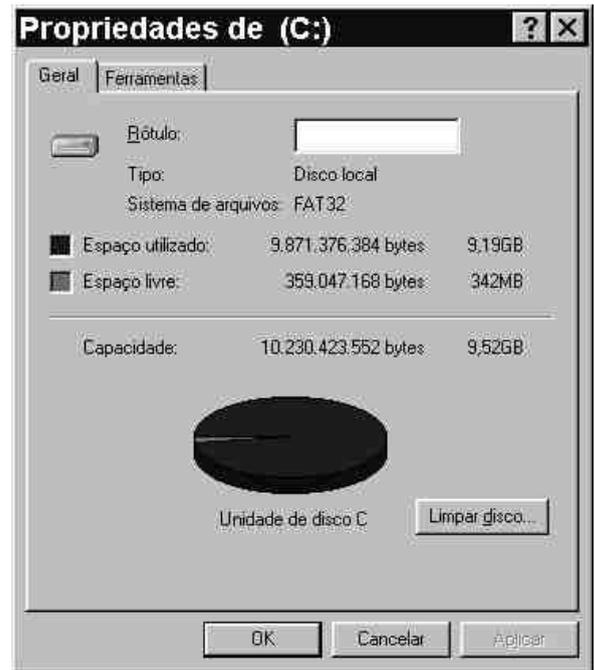
- 40 Para que o usuário possa acessar a Internet por meio de uma rede *dial-up*, é necessário que seja instalado no computador um *modem* adequado.
- 41 Para que o usuário possa digitalizar documentos, mantendo-os armazenados na memória do computador, será necessário que ele adquira uma placa de vídeo, que é um periférico que digitaliza documentos e envia ao computador os dados das imagens correspondentes a esses documentos.
- 42 Caso o computador a ser adquirido possua uma unidade de disco de 3½", essa unidade permitirá o armazenamento, em cada disco de 3½", de uma quantidade de *bits* superior a 8 bilhões.
- 43 Caso o usuário deseje instalar uma impressora no computador, é necessário que esse computador possua uma forma de se comunicar com a impressora. Se a impressora utilizar comunicação por meio do padrão USB, é necessário que o computador disponha de porta USB.



Considere que a janela do Windows Explorer ilustrada acima esteja sendo executada em um computador do tipo PC cujo sistema operacional é o Windows 98. A respeito dessa janela, do Windows 98 e do computador no qual a referida janela está sendo executada, julgue os itens a seguir.

- 44 Ao se clicar o botão , o arquivo associado ao ícone  'Arquivo 1', que é do tipo Word, será enviado à área de trabalho do Windows 98.
- 45 Ao se clicar o botão , o arquivo associado ao ícone  'Arquivo 1' será recortado, mas permanecerá na pasta referente ao ícone  'Anexo'. Após essa operação, ao se clicar o botão , e, em seguida, o botão , o arquivo associado ao ícone  'Arquivo 1' será transferido da pasta  'Anexo' para a pasta associada ao ícone  '(C:)'. Essa última operação poderá, contudo, ser desfeita ao se clicar o botão .

- 46 Considere que, ao se clicar o ícone  '(C:)' e, em seguida, a partir de recursos acessíveis ao se clicar o botão direito do *mouse*, a janela mostrada a seguir seja exibida.



Nessa situação, é correto concluir que, caso se deseje copiar o conteúdo de um *compact disc* — CD-ROM — para a área de memória associada ao referido ícone, é possível que o computador não tenha recursos de memória disponíveis para que a operação seja realizada com sucesso.

Acerca de conceitos relacionados à Internet e ao correio eletrônico, julgue os itens seguintes.

- 47 Para que um computador possa conectar-se à Internet, é necessário que ele disponha de um endereço IP, que permite que informações solicitadas na rede a partir desse computador possam ser encaminhadas a ele. Em determinados tipos de conexão à Internet, é possível que a cada nova sessão de acesso um novo número IP seja atribuído ao computador.
- 48 No acesso a páginas da Web, quando a tecnologia http é utilizada, o *download* de informação é realizado por meio do protocolo Gopher, enquanto o *upload* de informações é realizado por meio do conjunto de protocolos Telnet.
- 49 Um *hyperlink* em uma página *web* pode estar associado ao URL (*uniform resource locator*) de determinado recurso disponível na Web, tais como uma outra página *web* ou um arquivo de dados. Para que um recurso disponível na Web seja acessado por meio de seu URL, é necessário o uso do sistema DNS (*domain name system*).
- 50 Na Internet, o protocolo SMTP (*simple mail transfer protocol*) é responsável pelo envio de mensagens de correio eletrônico que contenham de forma anexada arquivos de imagem. Caso uma mensagem de *e-mail* contenha apenas informação na forma textual, o protocolo utilizado para o seu envio do remetente ao destinatário da mensagem denomina-se POP (*post office protocol*).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os seguintes itens, relativos a administração pública.

- 51 A década de 30 do século passado caracterizou-se por uma significativa centralização no nível político e econômico. Nesse período, assistiu-se ao fortalecimento do Estado intervencionista, cuja expansão se deu mediante três linhas de ação: criação de órgãos e departamentos formuladores de políticas públicas; expansão dos órgãos da administração direta; e expansão empresarial do Estado.
- 52 Cultura organizacional é o conjunto de idéias, normas e valores criados em decorrência da interação cotidiana dos diversos servidores, em suas trocas de experiências e em seu crescimento cultural e profissional.
- 53 Como técnica exclusiva da administração empresarial, a análise e a melhoria de processos não se aplicam aos objetivos dos sistemas de administração pública.
- 54 Qualidade total é o conjunto de idéias e ações que colocam a qualidade como ponto central das atividades de uma organização.
- 55 As técnicas de gestão da qualidade total, quando aplicadas ao setor público, têm como objetivos, entre outros: diminuir e(ou) otimizar os gastos do orçamento; oferecer um melhor serviço ao público, que é, em última instância, o cliente final; e conseguir e manter melhores funcionários.

Julgue os itens a seguir, relativos à aplicação da lei penal militar e a crime militar.

- 56 De acordo com a legislação penal militar, os crimes culposos contra a vida, em tempo de paz, praticados por militar em serviço são considerados crimes militares.
- 57 De acordo com a legislação penal militar, em tempo de paz, são considerados crimes comuns e são julgados pelo tribunal do júri os crimes dolosos contra a vida cometidos por militar contra civil.
- 58 O civil que pratica o crime de furto de quantia em dinheiro pertencente a instituição militar comete, de acordo com a legislação penal militar, crime militar.
- 59 O Código Penal Militar (CPM), ao estabelecer a relação de causalidade no crime, adotou o princípio da equivalência dos antecedentes causais, ou da *conditio sine qua non*, o qual se contrapõe à teoria monista adotada pelo mesmo código quanto ao concurso de pessoas.
- 60 A legislação penal militar admite o uso, em situação especial, de meios violentos por parte do comandante para compelir os subalternos a executar serviços e manobras urgentes, para evitar o desânimo, a desordem ou o saque.

Julgue os itens seguintes, referentes à imputabilidade penal e ao concurso de agentes no direito penal militar.

- 61 A embriaguez patológica recebe o mesmo tratamento que a embriaguez voluntária ou culposa no CPM, segundo o qual ambas isentam de pena o agente, por não possuir este consciência no momento da prática do crime.
- 62 É inimputável o agente que pratica o fato criminoso sem capacidade de entendimento e sem determinação, em razão de doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardado.
- 63 O CPM, ao estabelecer que aquele que, de qualquer modo, concorrer para o crime incidirá nas penas a este cominadas, adotou, em matéria de concurso de agentes, a teoria monista.

- 64 O CPM estabelece que não se comunicam as condições ou circunstâncias de caráter pessoal, exceto quando elementares do crime, o que significa dizer que responde por crime comum a pessoa civil que, juntamente com um militar, cometa, por exemplo, crime de peculato tipificado no CPM.
- 65 O CPM, ao adotar o princípio da participação de menor importância, estabeleceu uma exceção à teoria monista do concurso de agentes.

Julgue os itens que se seguem, relativos a penas, medidas de segurança e extinção da punibilidade no direito penal militar.

- 66 No direito penal militar, as penas principais são: morte, reclusão, detenção, prisão, impedimento, reforma e suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função.
- 67 A legislação penal militar estabelece que a pena de morte é executada por fuzilamento e que, nessa situação, o condenado militar deverá deixar a prisão com o uniforme sem as insígnias, e o condenado civil deverá estar vestido decentemente, devendo ambos os condenados estar de olhos vendados no momento da execução, salvo se o recusarem.
- 68 De acordo com a legislação penal militar, a condenação da praça e a do civil a pena privativa de liberdade superior a dois anos implicam, respectivamente, a exclusão do militar das Forças Armadas e a perda da função pública do civil.
- 69 As medidas de segurança pessoal são não-detentivas e detentivas, sendo estas fixadas na mesma quantidade das penas privativas de liberdade cominadas abstratamente nos tipos penais.
- 70 A extinção da punibilidade dá-se, entre outras causas, pela prescrição, a qual, no curso da ação penal, é interrompida pela instauração do processo, pela sentença condenatória recorrível e pela prática de outro crime pelo acusado.

Acerca da polícia judiciária militar, do inquérito policial militar, da ação penal militar, do juiz e seus auxiliares, julgue os itens a seguir.

- 71 À polícia judiciária militar, que é exercida pelas autoridades militares, cabe auxiliar as polícias civil e federal na apuração de infrações penais militares, dado que são estas que detêm a exclusividade na apuração de quaisquer infrações penais.
- 72 O inquérito policial militar é a apuração sumária de fato, em tese, criminoso e de sua autoria, não tendo, no entanto, valor jurídico os exames e as perícias realizados que não forem repetidos em juízo, durante o processo.
- 73 Nos crimes militares, a ação penal é, em regra, pública, condicionada ou incondicionada e promovida pelo Ministério Público Militar; excepcionalmente, é privada, promovida pelo ofendido, quando a lei assim dispuser.
- 74 No processo penal militar, o termo juiz denomina somente o juiz togado e não, os militares, os quais são chamados membros do conselho de justiça, como os jurados nos processos do tribunal do júri.
- 75 As partes, os funcionários e os serventuários da justiça militar são auxiliares do juiz.

Julgue os itens a seguir, relativos a partes do processo, denúncia e competência da justiça militar federal, medidas assecuratórias e preventivas, citação, notificação e intimação no processo penal militar.

- 76 No processo penal militar, a acusação cabe ao Ministério Público Militar, que a exerce por intermédio dos procuradores e promotores de justiça militar, sendo-lhe vedado desistir da ação penal e pedir absolvição do acusado.
- 77 A denúncia no processo penal militar difere da denúncia no processo penal comum, primordialmente, por exigir que o Ministério Público explicita as razões de convicção ou presunção de delinquência.
- 78 Com relação à competência, a conexão e a continência impõem a unidade de processo, salvo no concurso entre a jurisdição militar e a comum.
- 79 A busca pessoal consiste na procura material realizada em vestes, malas e outros objetos que estejam com uma pessoa sobre a qual recaia fundada suspeita de que oculte consigo instrumento ou produto do crime, ou elementos de prova.
- 80 A citação é o chamamento do acusado para integrar a relação processual, já a intimação e a notificação destinam-se à ciência a respeito da prática de atos processuais das partes ou de quaisquer intervenientes no processo.

No que se refere a processos em espécie, nulidades e recursos, julgue os itens subseqüentes.

- 81 O processo de rito ordinário aplica-se a todos os crimes militares, inclusive aos de deserção, insubmissão, correição, restauração de autos e aos de competência originária do STM.
- 82 Para a declaração de nulidade de um ato judicial, é necessário que a parte alegue prejuízo.
- 83 O recurso em sentido estrito, a apelação, os embargos, a revisão, o recurso ordinário ao STF, o recurso extraordinário e a reclamação não são recursos admitidos no processo penal militar.
- 84 No processo penal militar, o recurso de apelação cabe nas sentenças definitivas ou com caráter definitivo, com exceção dos casos de recurso em sentido estrito.
- 85 Da sentença que absolver o réu por inimputabilidade, cabe apelação.

Acerca do controle de constitucionalidade e das atribuições do presidente da República, julgue os itens que se seguem.

- 86 Considere que, na sessão plenária de agosto de 2004, o Superior Tribunal Militar finalizou as discussões e aprovou seu novo regimento interno, estabelecendo a composição e competência de seus órgãos, regulando o processo e julgamento dos feitos que lhe são atribuídos por lei e, ainda, fixando os procedimentos administrativos e disciplinares legais que lhe são pertinentes. A partir dessas informações, é correto afirmar que o regimento interno do Superior Tribunal Militar não é passível de controle de constitucionalidade por tratar-se de ato emanado pelo próprio poder judiciário.

- 87 Considere a seguinte situação hipotética.

O presidente da República edita medida provisória dispondo sobre produção e comercialização de soja transgênica entre dois Estados membros da Federação.

Nesse caso, nenhum dos governadores, identificando inconstitucionalidade, poderá propor ação direta de inconstitucionalidade questionando a supremacia da Carta, uma vez que as medidas provisórias não estão sujeitas ao controle de constitucionalidade.

- 88 O procurador-geral da República é legitimado para a propositura tanto da ação declaratória de constitucionalidade (ADC) quanto da ação direta de inconstitucionalidade (ADIN), devendo ainda ser previamente ouvido nessas ações e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

O advogado Getúlio Alves formulou uma representação ao prefeito de sua cidade no interior de Minas Gerais solicitando esclarecimentos e reclamando das condições da quadra de esportes de seu bairro. Em seu texto, o advogado afirma: “lembro-me muito bem das promessas de Vossa Senhoria de fazer uma reforma na nossa quadra de esportes. O lazer da nossa comunidade e, sobretudo, das crianças está totalmente comprometido”. Em sua resposta, ponderou o prefeito: “Essa administração municipal já disponibilizou o valor de R\$ 98.000,00 para a compra do material, em fase de licitação. Tão logo seja licitado, serão iniciadas as obras previstas para este ano de 2004, inclusive a reforma da quadra de esportes do bairro de Vossa Senhoria”.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir, relativos à Lei de Licitações (Lei n.º 8.666/1993).

- 89 A representação do advogado tem amparo legal, pois os municípios deverão obrigatoriamente seguir a lei de licitações juntamente com os demais poderes da União, estados e Distrito Federal, não se subordinando ao regime da lei apenas as empresas públicas e sociedades de economia mista.
- 90 Mesmo tendo redigido a representação à prefeitura municipal, Getúlio Alves poderá ser parte legítima para impugnar o edital da licitação caso constata alguma irregularidade, devendo protocolar seu pedido até cinco dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.

Julgue os itens a seguir, referentes a compras no âmbito da administração pública e à Lei n.º 8.666/1993.

- 91 Subordinam-se aos preceitos da Lei n.º 8.666/1993, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal (DF) e pelos municípios, excetuando-se apenas as sociedades de economia mista.
- 92 São modalidades de licitação: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.

- 93 A inexigibilidade de licitação é o instrumento de contratação utilizado entre o poder público e as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs).
- 94 Para efeito de habilitação em um processo licitatório, somente serão aceitos documentos originais, que deverão ser encaminhados em envelopes fechados e lacrados, os quais são devolvidos ao licitante ao final da sessão de habilitação.
- 95 O instrumento convocatório, edital ou convite, cristaliza a competência discricionária da administração, que se vincula a seus termos.
- 96 Independentemente da modalidade, em processos licitatórios públicos é sempre vedada a participação de consórcios de empresas, devendo cada licitante ser representado apenas por um procurador legal.
- 97 Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.

A respeito dos contratos administrativos de que trata a Lei n.º 8.666/1993, julgue os itens que seguem.

- 98 Aos contratos administrativos de que trata a referida lei não se aplicam, supletivamente, as disposições de direito privado.
- 99 No caso de dispensa de licitação cujos preços estejam compreendidos nos limites dessa modalidade, o contrato deve ser substituído pelo termo de dispensa de licitação devidamente fundamentado.
- 100 A administração pública, contrariamente ao que se verifica nos contratos privados, tem o poder de impor e executar sanções pelo inadimplemento contratual, assegurado o recurso do interessado ao Poder Judiciário.
- 101 Na hipótese de nulidade do contrato, fica a administração eximida do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que a nulidade foi declarada, visto que o instrumento de ajuste não é mais válido.

Ademar Lopes inscreveu-se no concurso público para o cargo de analista ambiental, na especialidade de engenharia agrônoma, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, em julho de 2004, pagando uma taxa de inscrição de R\$ 80,00. A prova foi realizada na primeira quinzena de setembro e, dias antes da proclamação do resultado, Ademar recebeu uma comunicação com aviso de recebimento informando que o concurso havia sido anulado. Ademar procurou a fundação que realizou o concurso e solicitou o reembolso da taxa de inscrição bem como das despesas relativas ao seu deslocamento para o Rio, uma vez que reside em Brasília.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os seguintes itens, acerca da Lei n.º 8.112/1990 e da responsabilidade civil do Estado.

- 102 Os gastos efetuados por Ademar por seu livre arbítrio, como seu deslocamento para o Rio de Janeiro para participar do concurso, são indenizáveis, segundo entendimento majoritário de tribunais competentes.
- 103 A administração pública tem o poder de anular seus próprios atos, o que não assegura ao candidato Ademar o ressarcimento do prejuízo decorrente da anulação referente à taxa de inscrição, segundo entendimento majoritário de tribunais competentes.

Julgue os itens a seguir, relativos à Constituição Federal e à Lei n.º 8.112/1990.

- 104 A garantia constitucional da reserva de vagas em concurso público para deficientes físicos não tem caráter absoluto e obrigatório, uma vez que o acesso é regulado quanto à compatibilidade das atribuições do cargo e às deficiências de que os candidatos são portadores.
- 105 Na linha do entendimento jurisprudencial do STF, medida provisória que regulamente contratação de pessoal por tempo determinado para cargos típicos de carreira relativos à área jurídica não poderá deixar de prever concurso público.

Acerca da proteção contratual estabelecida no Código de Defesa do Consumidor (CDC), julgue os itens a seguir.

- 106 Havendo no contrato uma cláusula considerada abusiva e sendo de consumo a relação jurídica contratada, é irrelevante tratar-se de contrato de adesão ou de contrato de comum acordo, para que o negócio jurídico receba a proteção do CDC e a referida cláusula seja considerada nula de pleno direito.
- 107 Se o contrato de consumo for concluído fora do estabelecimento comercial do fornecedor, poderá o consumidor, no prazo de reflexão, arrepender-se e desistir do contrato, sendo-lhe assegurado o direito à devolução imediata das quantias pagas, corrigidas monetariamente, deduzidas as despesas com frete ou outros encargos suportados pelo fornecedor para fazer chegar às mãos do consumidor o produto contratado.
- 108 A garantia contratual é mera faculdade, que pode ser concedida por liberalidade do fornecedor. Portanto, os termos e o prazo dessa garantia ficam ao alvedrio exclusivo do fornecedor, que os estipulará de acordo com a sua conveniência.

Em relação a prescrição e decadência, julgue os seguintes itens.

- 109 O juiz pode, de ofício, reconhecer a ocorrência da prescrição de direitos patrimoniais, suprimindo a inércia da parte, por se tratar de matéria de ordem pública.
- 110 O efeito direto da decadência é a extinção do direito, que se torna inoperante, não podendo ser fundamento de qualquer alegação em juízo, nem ser invocado, ainda que por via de exceção.

Acerca de contratos, julgue os itens que se seguem.

- 111 Considere a seguinte situação hipotética.
- Foi firmado um contrato no qual Pedro tornou-se devedor de Jonas, sendo a dívida afiançada por José. Como Pedro não pagou, Jonas executou a dívida, estendendo a execução para José. José, porém, indicou bens de Pedro para a penhora, bens esses que já estavam prometidos para pagamento da dívida. Em vez de agir prontamente, Jonas deixou de manifestar-se na ação de execução, mesmo após devidamente intimado para fazê-lo. Nesse ínterim, foi declarada a insolvência de Pedro e, em consequência, a indisponibilidade e o bloqueio dos bens de sua propriedade.
- Nessa situação, Pedro ficará desobrigado da fiança.
- 112 Considere a seguinte situação hipotética.
- Maria recebeu, por via postal, em sua residência, uma conhecida revista técnica, com ordem para devolvê-la à editora com recusa expressa, caso não a aceitasse sob a modalidade de assinatura.
- Nessa situação, se Maria não recusar a revista por escrito, considera-se ter aceito tacitamente a assinatura da revista, tornando-se devedora da editora.

- 113 Convencionada a venda sem a fixação do preço ou de critérios para a sua determinação, o vendedor que é o dono da coisa deverá impor um preço justo e de mercado à coisa vendida.
- 114 Aos contratos inominados ou atípicos se aplicam os princípios gerais de direito contratual, incluindo os inovadores princípios da vedação à onerosidade excessiva, o da boa-fé objetiva e o da função social do contrato.
- 115 O contrato de adesão é pré-redigido e apresentado por um dos contratantes ao outro, que se limita a subscrevê-lo. No entanto, as cláusulas não são impostas por uma à outra parte; admite-se discussão sobre o seu conteúdo, podendo qualquer dos contratantes acrescentar outras cláusulas que coexistirão com as cláusulas impressas, desde que não exista incompatibilidade ou contradição entre elas.

Acerca do direito das obrigações, julgue os itens subseqüentes.

- 116 Imputação de pagamento pode ser corretamente entendida como a faculdade pela qual o devedor de várias dívidas a um mesmo credor, ou o próprio credor em seu lugar, diante da insuficiência do pagamento para saldar todas elas, declara qual das dívidas será extinta.
- 117 Ocorrendo a recusa indevida de dar cumprimento a uma obrigação de fazer, a regra não é a resolução em perdas e danos, mas a execução específica da obrigação, com a obtenção do resultado prático do negócio.

Acerca das pessoas e dos fatos jurídicos, julgue os itens a seguir.

- 118 A associação civil é uma pessoa jurídica de direito privado, criada a partir da união de pessoas que se organizam para fins não econômicos. No entanto, não há proibição para a realização de atividades econômicas, desde que a renda auferida seja destinada integralmente à consecução de seu objetivo social.
- 119 A pessoa jurídica de direito privado, com finalidade lucrativa, quando da sua dissolução, subsistirá até o término do procedimento de liquidação e a averbação da dissolução no registro onde ela estiver inscrita. Seus bens serão repartidos entre os sócios na proporção de suas participações.
- 120 Se, no ato negocial, um dos contratantes agir dolosamente, ou seja, silenciando algum fato que devesse revelar ao outro contratante, por não constituir nessa situação vício de consentimento, o negócio jurídico não é anulável.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **cinco pontos** —, faça o que se pede, usando a página correspondente do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a folha de **TEXTO DEFINITIVO**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! Na folha de **texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho, pois **não será avaliado** texto que contenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Que os homens e as mulheres são diferentes fisicamente é uma verdade inquestionável. Mas, além das diversidades anômicas externas e características sexuais, os cientistas sabem também que existem outras diferenças sutis na maneira pela qual os cérebros dos homens e das mulheres processam a linguagem, as informações e as emoções.

Correio Braziliense, 16/5/2004, p. 16.

As áreas do cérebro podem ter sido desenvolvidas para permitir que cada sexo realizasse suas tarefas.

Renato Sabbatini, neurofisiologista (UNICAMP).

Os modos femininos e masculinos de olhar o cotidiano e lidar com os conflitos são comandados pelo cérebro.

No cérebro

Ela tem maior domínio do lado **direito** do cérebro e, por isso, presta mais atenção em tudo ao seu redor e desenvolve a memória para detalhes.



No cérebro

Ele possui maior domínio do hemisfério cerebral **esquerdo**, relacionado, entre outros, à análise lógica do espaço e à criação de códigos, fundamentais para o raciocínio matemático.



Como a Eva vê o mundo

As funções de linguagem estão distribuídas nos dois lados do cérebro dela. No do homem, concentram-se na lateral do lado esquerdo. Ela aprende a falar mais cedo, fala mais e comete menos erros de linguagem. Ele gagueja mais. Em casos de acidentes com lesão cerebral, ela tem menos déficit de linguagem e se recupera melhor.

Ela nem sempre mente quando diz estar com dor de cabeça. O cérebro também regula a produção de hormônios e as flutuações mensais de estrogênio tornam as mulheres vítimas das enxaquecas.

O maior domínio do lado direito do cérebro desenvolve a linguagem emocional. Isso explica as crises de choro e as de riso, também.

A função cerebral feminina produz menor quantidade de serotonina — neurotransmissor responsável pelo bem-estar. Por isso, ela tem mais depressão e outros distúrbios de personalidade.

Como tudo é emoção no lado direito, ela apresenta menor equilíbrio emocional e tem menos vergonha de expor as suas fragilidades, de pedir ajuda. Por isso, faz mais tentativas de suicídios.

Como Adão vê o mundo



O predomínio do lado esquerdo da mente tem o seu preço. Como regula a atenção, o homem é mais propenso a sofrer alterações no funcionamento cerebral, como déficit de atenção ou retardo mental.



O cérebro masculino é mais racional, menos emocional. Não tem válvula de escape no choro. E ele nem sempre possui capacidade emocional para superar o alto grau de cobrança da sociedade. Por isso, é mais propenso ao uso de bebidas alcoólicas e drogas.



A mente masculina sintetiza mais serotonina para os neurônios produtores de endorfinas, que funcionam como analgésicos, regulando o sistema da dor.

Correio Braziliense, 16/5/2004.

Considerando que as informações dos textos da prova objetiva de conhecimentos básicos e do texto acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo, posicionando-se a respeito do seguinte tema:

O DESEMPENHO PROFISSIONAL DE ADÃO E EVA CONTEMPORÂNEOS CONFIRMA A PREDOMINÂNCIA DOS FATORES GENÉTICOS SOBRE OS PADRÕES CULTURAIS.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

